



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201971002095	Distribuição: 30/08/2019
Número Único: 0002911-40.2019.8.25.0036	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: BRENO APOSTOLO OLIVEIRA
Endereço: POV. CHAM
Complemento:
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: ITAPORANGA DAJUDA - Estado: SE - CEP: 49120000
Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua da Assembléia
Complemento: 16º andar, Ed. City Tower
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002095

DATA:

30/08/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201971002095, referente ao protocolo nº 20190830122702593, do dia 30/08/2019, às 12h27min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPORANGA/SE

BRENO APOSTOLO OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob n. 088.463.355-11, portador do RG n. 3.799.405-0 SSP/SE, residente e domiciliado na Pov. Cham S/N XII, Área Rural, Itaporanga D'ajuda/SE – CEP 49.120-000, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

I – DOS FATOS

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito, de motocicleta, ocorre que na BR 101, próxima a frabrica da Mabel, sofreu um acidente, sendo lançado para fora da pista, conforme Boletim de Ocorrência n. 2018/06585.0-000363, fato ocorrido em 11/08/2017, às 10h00min, juntamente com o Prontuário Médico, a mesma foi então encaminhada ao HUSE – Governador João Alves Filho, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno **“Fratura do 3º e 4º metacarpos”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora em 22/08/2017, foi atendida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos.

Em razão do ocorrido, pleiteou administrativamente junto à Requerida o pagamento de indenização securitária, recebendo como compensação pelo evento, a quantia de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)**. (doc. anexo).

Entretanto, a quantia supracitada, atinente ao seguro DPVAT, paga pela Requerida, não se mostra proporcional à extensão dos danos sofridos pela Parte Autora, uma vez que do fatídico resultou danos a maior, muito além dos relatados anteriormente, o que de toda sorte propicia a Parte Requerente o pagamento do benefício securitário (indenizatório) em valor superior ao liquidado em momento pretérito.

Cumpre destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta linhas acima.

De outro tanto, no exórdio do processo administrativo, que possibilita aos vitimados o pagamento de benefício securitário, não é necessária a apresentação de um laudo médico conclusivo, que demonstre se houve ou não lesão permanente, ainda, qual seria o grau da mesma, bastando para tanto que seja apresentado o B.O (boletim de ocorrência), na qual conste a informação de que as lesões apresentadas se deram em detrimento de acidente ocasionado por veículo terrestre, fato este que se amolda perfeitamente ao caso apresentado.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)**, paga a Parte Autora, como sendo suficiente pelos danos experimentados, destoa da realidade, sendo que a gravidade das lesões sofridas, supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

II - PRELIMINARMENTE

II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

Art 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§1º. O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

II.2 – DO INTERESSE DE AGIR

Quanto a eventual alegação por Parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

Art. 5º. *omissis*

(...)

XXXV - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

III – MÉRITO

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que *"dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não"*, com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

Art. 3. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§2º. Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º. As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Cumpre destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta.

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)**, pagos ao Requerente como sendo suficiente pelos danos experimentados destoa da realidade, uma vez que, a gravidade das lesões sofridas supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

pagamento de indenização na proporção de 70% (setenta por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos, conforme explicitado abaixo:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos	70

Indubitável que, a quantia paga em momento pretérito pela Requerida não se coaduna com a atual situação do vitimado, quando ao revés, deveria ter recebido valor além do pago em momento pretérito.

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “**membros superiores e/ou uma das mãos**” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico

na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência. No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.
(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012). (grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: “*A indenização do seguro DPVAT, em*

caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.

De mais a mais, resta visível que a quantia de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)**, pagos ao requerente anteriormente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

V - DA PERÍCIA

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC). Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as conseqüências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstradas pelo prontuário médico, e Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator:

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito¹.

VII- DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 5º. omissis

(...)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

¹ MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex, descontando da quantia supracitada o importe de **R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)**, recebido administrativamente;

b) **Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa (pagamento administrativo), **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo**

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;

d) Determinar a citação da Requerida, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) Diante da nova exigência do NCPC, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) Conceder os benefícios da justiça gratuita por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) Seja concedido a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

i) Determinar a realização de perícia médica, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada **THAYLA JAMILLE PAES VILA – OAB/SE 1.193 A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)**.

Nestes termos, pede deferimento.
Campo Grande – MS, 23 de agosto de 2019.

Thayla Jamilyle Paes Vila
OAB/SE 1.193 A

Thayla Jamilyle Paes Vila
OAB/MS 16.317

Arthur Andrade Francisco
OAB/MS 16.303

Rafael Coldibelli Francisco Filho
OAB/MS 15.878

QUESITOS PERITO:

- 1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.
- 2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.
- 3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.
- 4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.
- 5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.
- 6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.
- 7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.
- 8) se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigo 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome Breno Apostolo Oliveira
nacionalidade Brasileiro - estado civil Solteiro - profissão -
inscrito no CPF 088.463.355-11 e RG 3.799.405-0, residente e domiciliado na
Rua das Chamas
bairro Itaporanga - CEP 49.120-000 na cidade de Jacaré/SE - S/N -

OUTORGADOS: COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.281.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, **ARTHUR ANDRADE FRANCISCO**, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" **RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO**, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e **THAYLA JAMILLE PAES VILA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 - 3211-9973, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campos, sala 01 CEP 49.075-480, Aracaju - SE, ou Ex. Independência, n. 52, CEP 49.200-000, Estância - SE.

PODERES ESPECÍFICOS: para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que trata o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, excepto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do IST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10. **ESPECIALMENTE** para propor

Jacaré/Se 07 / 08 / 2019

Breno Apostolo Oliveira

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 - Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 - 3211-9973

Rua Heitoraldo Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Cuiabá - MT

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 - Aracaju - SE

Travessa da Independência, n. 552, CEP 49.200-000 - Estância - SE

DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Eu, Breno Apostolo Oliveira,
nacionalidade Brasileira, estado civil Solteiro, profissão —,
inscrito no CPF 088.463.355-11 e RG 3.799.405-0 residente e domiciliado a
Parqueo Cham, n. S/N, bairro
Árvore Rural, CEP 49.520-000 na cidade de Itaparanga - SP
DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, e o art. 4º da Lei
nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC para
os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de
condições econômicas para arcar com eventual ônus processual, ou seja, especialmente pagar
as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de
sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo,

Por ser expressão de verdade, e com base na Lei 7.115, de 29 de agosto de
1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas
da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

x Breno Apostolo Oliveira

Declarante



Scanned by CamScanner

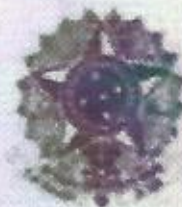
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 3.799.405-0	DATA DE EXPEDIÇÃO 02/05/2014
NOME IRENO APOSTOLO OLIVEIRA	
FILIAÇÃO JOSEVALDO OLIVEIRA JANE EVANGELISTA APOSTOLO	
NATURALIDADE ITAPORANGA D'AJUDA-SE	DATA DE NASCIMENTO 24/04/1997
DOC ORIGEM CT. NASCIMENTO 10979301552004100029199002411989	
CPF CART.2 OF.DIST.COM.DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE	
PIS / PASEP	
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Scanned by CamScanner



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

088.463.355-11

Nome

BRENO APOSTOLO OLIVEIRA

Nascimento

24/04/1997

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Scanned by CamScanner

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 009.901.155



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

JANE EVANGELISTA APOSTOLO
POV CHAM S/N XII
ITAPORANGA D AJUDA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/888954-5

REFERÊNCIA

JAN/2019

APRESENTAÇÃO

08/01/2019

CONSUMO

109

VENCIMENTO

15/01/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 54,89

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

JANE EVANGELISTA APOSTOLO

Roteiro: 03-630-800-0635

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 15/01/2019

VENCIMENTO

15/01/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 54,89

MATRÍCULA

888954-2019- 01-1

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE SALGADO

RUA JOSE CLEONANCIOS FONSECA, CENTRO FONE:(0) 3651-1576

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06585.0-000363

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SALGADO

Endereço: RUA JOSE CLEONANCIO FONSECA, CENTRO FONE:(0) 3651-1576

FATO

Data e Hora do Fato: 11/08/2017 - 10:00 até 11/08/2017 - 10:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49120-000

Bairro: BR-101 Cidade: ITAPORANGA DAJUDA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SALGADO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: BRENO APOSTOLO OLIVEIRA

Nome do pai: JOSIVALDO OLIVEIRA Nome da mãe: JANE EVANGELISTA APOSTOLO

Pessoa: Física CPF: 088.463.350-11 RG: 37994050 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ITAPORANGA DAJUDA Data de nascimento: 24/04/1997 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: TRABALHADOR BRAÇAL Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO CHAN Número: Complemento:

CEP: 49.120-000 Bairro: Cidade: ITAPORANGA DAJUDA UF: SE

Proximidades: Telefone: 996857678

HISTÓRICO

RELATA O DECLARANTE, SUPRA QUALIFICADO, QUE ESTAVA VOLTANDO DA CIDADE DE SALGADO, PILOTANDO UMA MOTOCICLETA HONDA/CG 150 FAN ESDI, ANO 2014, PLACA GKN 8747, CHASSI 9C2KC1680ER537921, NO NOME DE MAICHEL DE JESUS, CUNHADO DO DECLARANTE, QUANTO NAS IMEDIAÇÕES DO KM 118, NA BR 101, PRÓXIMO A FÁBRICA DE BISCOITOS MABEL, SOFREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, SENDO LANÇADO PARA FORA DA PISTA, QUE LESIONOU, SEQUENDO LAUDO MÉDICO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SAÚDE - HUSE, A MÃO DIREITA, SENDO INCLUSIVE SUBMETIDO A CIRURGIA, QUE MESMO COM A CIRURGIA O MOVIMENTO DA MÃO FICOU COMPROMETIDO. É O QUE DECLARA!

Data e hora da comunicação: 04/06/2018 às 06:49

Última Alteração: 04/06/2018 às 08:49.

ORR: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do Artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Breno Apostolo Oliveira
BRENO APOSTOLO OLIVEIRA
Responsável pela comunicação

Mariana Andrade de Amorim
Mariana Andrade de Amorim
Responsável pelo preenchimento

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Arno Abisrali Oliveira
DATA DA ENTRADA: 22/08/2017
DATA DA SAÍDA: 23/08/2017

INTERNAMENTO:

PS (X)

ENFERMARIA (X)

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente admitido no HUSC para se submeter
a tratamento cirúrgico de fratura do 3º e 4º
metacarpos a direita. tem intercorrências.
o procedimento não

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

fixação percutânea do 3º e 4º metacarpos à
direita.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Exames laboratoriais

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr Victor Nuna - CRM 5405

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

ARACAJU, 9 de março de 2018

Dr. Selma T. de C.S. Montalvão
Pediatra
CRM 1532

felipe

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação
Hospitalar
de Saúde

Nome do Paciente:	Breno Apolinário Oliveira	Idade:		Sexo:	
Unidade de Produção:	SRPA	Leito:		Nº do Prontuário:	

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
23.08.14	09:20	Paciente admitido na SRPA sob efeito anestésico calmo, sonolento, eupneico, acianótico, anictérico, verbalizando, consciente, afibril com extremidades aquecidas e perfundidas + apneia com oxigenoterapia + curativo em região cirúrgica e monitorização completa PA = 120 x 80 mmHg, P = 98 bpm, SpO ₂ = 100%. segue mantendo o quadro clínico de enfermagem.
	10:30	Paciente segue mantendo o quadro nem que re
	12:00	Administrado medicação de horário e paciente encaminhado para UIC. Id. 652 448.
	12h	Paciente sob efeito sedativo da SRPA. Tranquilo respondendo satisfatoriamente aos cuidados de enfermagem.
	13:00	Paciente de alta hospitalar, aguardando transporte, estômago e afilado ao toque. Em uso de taxa gestada em 450 e monitorização por APO em USE. Em quebras segue sob os cuidados de enfermagem.
	14:00	Administrada medicação de horário
	15:00	Paciente não recebe o lanche oferecido. Segue de alta hospitalar.
	17:00	Paciente saiu de alta hospitalar acompanhado da mãe e familiares.

Tali...
Aux. de Enfermagem
EN-SE 628923

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1583492
CNS:DATA: 22/08/2017 HORA: 15:48 USUARIO: ESB SANTOS
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : BRENO APOSTOLO OLIVEIRA
IDADE.....: 20 ANOS NASC: 24/04/1997
ENDERECO.....: POV XAM
COMPLEMENTO....: 898004183587451 BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICIPIO.....: ITAPORANGA D'AJUDA UF: SE CEP....: -
NOME PAI/MAE...: JOSIVALDO OLIVEIRA /JANE EVANGELISTA APOSTOLO
RESPONSAVEL....: O PAI TEL....: 79/9968576
PROCEDENCIA....: ITAPORANGA D'AJUDA
ATENDIMENTO....: CIRURGIAS ORTOPEDICAS
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

XAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

[] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 158214
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: BRENO APOSTOLO OLIVEIRA
Documento.....: 37994050 Tipo :
Data de Nascimento: 24/04/1997 Idade: 20 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: JOSIVALDO OLIVEIRA
Nome da Mae.....: JANE EVANGELISTA APOSTOLO
Endereco.....: POV XAM 898004183587451
Bairro.....: ZONA RURAL Cep.: 00000-000
Telefone.....: 79/996857678
Município.....: 2803203 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
22/08/17
Setor de Faturamento de Adulto / Nijss

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1583492
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Leito.....: 999.0392
Data da Internacao: 22/08/2017
Hora da Internacao: 15:50
Medico Solicitante: 218.308.228-37 - WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: ESBSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc. Realizado:
Dt. Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

242-4

22/8 A 23/8

Alto 23-8-17
Mencione 21-12-17

p. 33

p. 34



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
23/08/14
Setor de Faturamento da Saúde / MRS



Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Bra Apostolo Oliveira
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fr 3e 4e MTC ①
CIRURGIA REALIZADA: Fixação paratensor
CIRURGIÃO: Dr. Walter
AUXILIARES: Dr. Uolter e Dr. Rodrigo
ANESTESIA: Bloqueio ANESTESISTA: Dr. Igor
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: 0 uso

☒ CIRURGIA LIMPA () CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
() CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (X) NÃO
TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:
() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- ① Paciente em DDH sob anestesia
- ② Antissepsia + campos
- ③ Fixação paratensor e FR e auxílio do
4. fluoroscopia
- ⑤ Cuidados
- ⑥ Tolo gesso
- ⑦ A SRPA

DATA: 23/08/14

Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

Assinatura do Cirurgião

Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME		Bruno Apotob de Oliveira		PRONTUÁRIO		058214	
RECEBIDO NA S.O. POR		Equipe Médica		DATA		23/08/17	
SALA		06		AGITADO		COMATOSO	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA		ACORDADO		SONOLENTO			
CIRCULANTE		Dr. Antonio		PROCEDÊNCIA		Ale	
ENTRADA S.O.		07:20 h		INÍCIO DA ANESTESIA		08:20 h	
SAÍDA DA S.O.				FIM DA ANESTESIA		09:20 h	
CIRURGIÃO		Dr. Vello		1º AUXILIAR			
ANESTESISTA		Dr. Rodrigo		2º AUXILIAR			
INSTRUMENTADOR				LATERALIDADE		() DIREITA () ESQUERDA () NA	
CIRURGIA PROPOSTA							
CIRURGIA REALIZADA							
TÉCNICA ANESTÉSICA							
GERAL VENOSA		GERAL INALATÓRIA		GERAL COMBINADA		GERAL BALANCEADA	
PERIDURAL C/ CATETER		PERIDURAL S/ CATETER		SEDACÃO		BLOQUEIO DO PLEXO	
TUBO ENDOTRAQUEAL () ORAL () NASAL		Nº:		TUBO ARAMADO		Nº:	
						MÁSCARA LARINGEA	
ASSEPSIA							
PVPI TÓPICO		PVPI ALCOÓLICO		PVPI DERMEMANTE		CLOREXID. ALCOÓLICA	
						CLOREXID. DEGERMANTE	
						CLOREXID. AQUOSA	
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS							
BOMBA DE INFUSÃO		DESFIBRILADOR		MONITOR CEREBRAL (BIS)		INTENSIFICADOR DE IMAGEM	
FIBROSCÓPIO		MONITOR CARDÍACO		PA (NÃO INVASIVA)		PA (INVASIVA)	
FOCO AUXILIAR		FONTE DE LUZ		VIDEOLAPAROSCÓPIO		BRONCOSCÓPIO	
						OUTROS	
COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS							
CABEÇA		MSD		MSE		MIE	
						MID	
BISTURI ELÉTRICO							
BIPOLAR				MONOPOLAR			
PLACA BISTURI				COMPRESSAS			
				GRANDES			
LOCAL				ENTREGUE			
•				DEVOLVIDA			
+ INCISÃO CIRÚRGICA							
AVP				D			
AVC				D			
				E			
				E			
GASOMETRIA: SIM () NÃO ()							
POSICÃO DO PACIENTE							
DORSAL		VENTRAL		LAT. ESQ.		LAT. DIR.	
						CANIVETE	
						TRENDELEMBURG	
						LITOTOMIA	

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SÍLVIA SANDES

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CONSUMO DO HJAF/HUSE

PACIENTE: Bruno Agostol Oliveira RG DATA 23/08/17

CIRURGIÃO: Valter

CIRURGIA:

ANESTESIOLOGISTA: Dr. Rodrigo ANESTESIA: Sedação CIRCULANTE: Lee Anubian

ANTAK	AMP		POMADA SULFA	TB	
ADRENALINA	AMP		POMADA COLAGENASE	TB	
ATROPINA	AMP	02	POMADA OFTÁLMICA	TB	
ÁGUA DESTILADA	AMP	04	PLASIL	AMP	
AMINOFILINA	AMP		REVIVAN	AMP	
CARBONATO DE SÓDIO	AMP		ROCEFIM	FR	
CLORETO DE POTÁSSIO	AMP		SORO RINGER LACTATO	UND	03
CLORETO DE SÓDIO	AMP		SORO FISIOLÓGICO	UND	02
COLÍRIO	GTS		SORO GLICOFISIOLÓGICO	UND	
CEDILANIDE	AMP		SORO GLICOSADO	UND	
CLINDAMICINA	AMP		TRASAMIN	AMP	
CIPROFLOXACINO	UND		TRAMAL	AMP	01
DECADRON	AMP		PROFENID	AMP	01
DIPIRONA	AMP	01	<u>Valleda</u>		01
DIAZEPAN	AMP				
DIURE	AMP		ANESTESICOS		
DOLANTINA	AMP		ESMERON	FR	
DORMONID	AMP		ETOMIDATO	AMP	
EFORTIL	AMP		FENTANIL	FR	01
EFEDRINA	AMP		ISOFLURANO	ML	
ERNEGAN	AMP		PROPOFOL	AMP	01
FLAGYL	UND		PAVULON	AMP	
GARAMICINA	AMP		QUELICIN	FR	
GLICOSE	AMP		KETALAR	FR	
GLUCONATO DE CÁLCIO	AMP		TRACRIUM	AMP	
HEPARINA	UND		MARCAÍNA 0,5% C/V	FR	
HIDROCORTIZONA	FR		MARCAÍNA 0,5% S/V	FR	
HIPOGLÓS	TB		NEOCAÍNA PESADA	FR	
HISOCEL	UND		XILOCAÍNA 1% S/V	FR	
KEFLIN	FR		XILOCAÍNA 1% C/V	FR	
LASIX	AMP		XILOCAÍNA 2% S/V	FR	02
MANITOL 20%	UND		XILOCAÍNA 2% C/V	FR	
MARCAN	AMP		XILOCAÍNA GELÉIA	TB	
NIUPERIDOL	AMP		XILOCAÍNA SPRAY	DOS	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100	SERINGAS ML	UND	
AGULHA DE RAQUE Nº	UND		SERRA DE GIGLE	UND	
AGULHA DESCARTÁVEL Nº	UND	20	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº	UND	01

EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

DATA: 23/08/11

NOME: Bruno Apostolo Oliveira

GÊNERO: Masc

IDADE:

26

DIAGNÓSTICOS: fr 3º 4º MTC @

EVOLUÇÃO MÉDICA: Paciente submetido a procedimento cirúrgico hoje, conforme o cirúrgico. CD, VPM

Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DE ADMININISTR
1	Dieta LIVRE	
2	SFO,9% 500ML EV 12/12H	
3	Keflin 1g, IV, 6h/6h OU Kefazol 1g, IV, 8h/8h	H H
4	Ranitidina, 02 mL + 18 mL AD, IV, 12h/12h OU Omeprazol 40mg, IV, às 6:00	18 20 04
5	Dipirona, 02 mL + 08 mL AD, IV, 6h/6h	06
6	Profenid, 01 ampola IV + 100mL SFO,9%, 12h/12h	14 20 02 08
7	Tramal 100mg + 250 ml SFO,9, IV, 8h/8h SOS	12 24
8	Clexane 40mg SC, 1x/dia OU Heparina 5.000UI SC, 2x/dia SUSP	5 0 5
9	Bromoprida, 02 mL + 18 mL AD, IV, 8h/8h, se náuseas ou vômitos SOS	—
10	Glicemia capilar, 6h/6h, se diabético	5 0 5
11	Insulina regular, conforme glicemia:	—
12	<200 = Ø 251 – 300 = 4U 351 – 400 = 8U	
13	201 – 250 = 2U 301 – 350 = 6U > 400 = 10U	
14	Glicose 25%, 40ml, IV, se glicemia < 70	
15	Captopril 25mg, VO, se PAS > 180mmHg ou PAD > 110mmHg SOS	5 0 5
16	CCGG + SSVV 6h/6h	
17	CURATIVO DIARIO 1X/DIA (suspensão)	
18	Alto as 14h	
19		
20		
21		
22		
23		

Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

NOME:

Bruno Apostolo Oliveira**RELATÓRIO DE ALTA**

DIAGNÓSTICO:

fratura em 3º e 4ºMTC @

PROCEDIMENTO:

fixação percutânea clFK

DATA DA INTERNAÇÃO:

22 / 08 / 17

DATA DO PROCEDIMENTO:

23 / 08 / 17

DATA DA ALTA:

23 / 08 / 17**ORIENTAÇÕES:**

- Repouso em casa e manter MMSS elevados

- **NÃO** retirar tala ou curativo

- Retorno no HUSE com Dr.

Walter

no dia

31 / 08 / 17
Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

NOME: Breno Apostolo Oliveira

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o paciente
acima necessita ausentar-se de suas atividades
durante 30 (trinta) dia(s).

CID 10: _____

23/08/17

Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

NOME: Breno Apostolo Oliveira**R_x**

ALGINAC 1000 _____ 01 caixa

USO: Oral, 1 comprimido de 8h/8h por 05 dias.

DIPIRONA 500mg _____ 01 caixa

Uso: Oral, 1 comprimido de 6/6h.

CEFALEXINA 500mg _____ 28 comp.

Uso: Oral, 1 comprimido de 6/6h por 7 dias.

23/08/12


Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA



NOME: Breno Apostolo Oliveira

R_x

ALGINAC 1000 _____ 01 caixa

USO: Oral, 1 comprimido de 8h/8h por 05 dias.


~~DIPIRONA 500mg _____ 01 caixa~~

~~USO: Oral, 1 comprimido de 6/6h.~~

CEFALEXINA 500mg _____ 28 comp.

Uso: Oral, 1 comprimido de 6/6h por 7 dias.

23/09/13


Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
MR. Ortopedia e Traumatologia

NOME: Breno Apostolo Oliveira

RELATÓRIO DE ALTA

DIAGNÓSTICO: fratura em 3º e 4º
MTC @

PROCEDIMENTO: fixação percutânea cl
- sk

DATA DA INTERNAÇÃO: 22 / 08 / 17

DATA DO PROCEDIMENTO: 23 / 08 / 17

DATA DA ALTA: 23 / 08 / 17

ORIENTAÇÕES:

- Repouso em casa e manter MMSS elevados
- **NÃO** retirar tala ou curativo
- Retorno no HUSE com Dr. Wolter

no dia 31 / 08 / 17

Dr. Victor Viana
Médico CRM SE 5405
Ortopedia e Traumatologia

REQUERIMENTO Nº 180/2018

CÓPIA DE PRONTUÁRIO

Eu, **Breno Apostolo Oliveira**, brasileiro, portador do RG: 3.799.405-0
SSP/SE, CPF: 088.463.355-11, Telefone (79)99685-7678, residente e
domiciliado no Povoado Chan, S/N – Itaporanga d'Ajuda, solicito cópia do
meu prontuário referente a atendimento realizado no dia **11/08/2017**, por
motivos particulares.

Itaporanga D'Ajuda/SE, 07 de agosto de 2018.

Breno Apostolo Oliveira

Assinatura do(a) Usuário(a) / Responsável

Obs.: Prazo mínimo de entrega – 15 dias úteis

Cópia autenticada e reconhecida pela Secretaria Municipal de Saúde e
entregue a Breno Apostolo Oliveira em

nº Ordem	Idade	Nome do Paciente	Endereço do Paciente	K
366-255	17	Indaiana B. dos Santos	Ute de ...	3
366-256	27a	Indaiana B. dos Santos	por ...	3
366-257	53a	Tânia Maria Oliveira	Rua José Gomes	
366-258	36	Rosângela dos Santos	Rua ...	3
366-259	32	Isabel Santos da Luz	Rua ...	2
366-260	33a	José, Maria Santos	por ...	
366-261	50a	Maria Eunice dos Reis	Rua ...	2
366-262	61a	Sônia M. Silva	Rua Antônio ...	
366-263	66a	Maria dos Santos	Colégio	3
366-264	26a	William Santos	Rua ...	3
366-265	25a	Mayara M. Composto	Rua ...	2
366-266	43a	Uirua José dos Santos	Rua ...	1
366-267	23a	Andriane dos Santos	Rua do ...	3
366-268	12a	Raylene Fontes dos Santos	Ute de ...	
366-269	42a	Joselia Regina dos Santos	Rua ...	
366-270	20a	Bruno Gabriel Oliveira	Rua ...	3
366-271	2a	José Miguel D. Souza	Rua ...	
366-272	61	Denise da C. Rêgo	Rua ...	2
366-273	29a	Flávia Henrique dos Santos	Rua ...	
366-274	05a	Gulherme Rion Henriques	Rua ...	3
366-275	19a	Marcela Luiza dos Santos	Rua ...	4
366-276	48a	M. José Santos Santana	Rua ...	3
366-277	17a	... a Lima	Rua ...	3
366-278	48a	Rosângela dos Santos	Rua ...	3
366-279	25a	Silvânia dos Santos	Rua ...	3
366-280	37a	Enrico de J. ...	Rua ...	3
366-281	17a	Thaís ...	Rua ...	
366-282	18a	Renata ...	Rua ...	
366-283	17	Stefania ...	Rua ...	
366-284	20a	José ...	Rua ...	
366-285		Beatriz ...	Rua ...	
366-286	52	Thaís ...	Rua ...	
366-287		Flávia ...	Rua ...	



201911602266

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Itaporanga D'Ajuda****Data:** 29/08/2019**Num. Guia:** 201911602266

Valor da Causa:	R\$ 7.425,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 111,37
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 481,75

Guia Válida até 18/09/2019

Via - Cartório

Autenticação Mecânica



201911602266

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Itaporanga D'Ajuda****Data:** 29/08/2019**Num. Guia:** 201911602266

Valor da Causa:	R\$ 7.425,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 111,37
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 481,75

Guia Válida até 18/09/2019

Via - Parte

Autenticação Mecânica

856400000043 817501560129 019116022666 201909180006



PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Itaporanga D'Ajuda****Data:** 29/08/2019**Num. Guia:** 201911602266

Valor da Causa:	R\$ 7.425,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 111,37
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 481,75

Guia Válida até 18/09/2019

Via - Banco

Autenticação Mecânica



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002095

DATA:

30/08/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

AO MM JUIZ EM 30/08/2019.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900462}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002095

DATA:

04/09/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda

Nº Processo 201971002095 - Número Único: 0002911-40.2019.8.25.0036

Autor: BRENO APOSTOLO OLIVEIRA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88.

1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, *in* Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato.

2. Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova.

4. Após, volvam conclusos.

5. Observe o serventuário, a disposição do art. 228 do CPC.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Adolfo Plech Pereira, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda**, em 04/09/2019, às 16:54:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002258355-34**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002095

DATA:

05/10/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado via AR.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE ITAPORANGA DAJUDA DA COMARCA DE ITAPORANGA D'AJUDA
Av. Emidio Max Neto, Bairro Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49120000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201971002095

DATA:

07/10/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201971006884 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda
Forum Felisbello Freire - Av. Emídio Maxi Neto, S/N
Bairro - Centro Cidade - Itaporanga d Ajuda
Cep - 49120-000 Telefone - (79)3264-3500

Normal(Justiça Gratuita)



201971006884

PROCESSO: 201971002095 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0002911-40.2019.8.25.0036
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: BRENO APOSTOLO OLIVEIRA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Assim, cite-se o réu, pelo correio (art. 246, I do CPC), para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua da Assembléia, 16º andar, Ed. City Tower, 100
Bairro : Centro
Cep : 20011000
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **KAROLINE LEAO AQUINO DE OLIVEIRA MAXIMO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Itaporanga Dajuda, em 07/10/2019, às 10:22:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002559911-18**.

